

# Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>1 O que são imunidades parlamentares? .....</b>	<b>5</b>
1.1 O constitucionalismo e a atuação do Parlamento.....	5
1.2 A consolidação do estado liberal.....	9
1.3 Origem das imunidades parlamentares na Inglaterra e sua diáspora .....	11
1.4 As imunidades: conceitos e terminologias .....	13
<b>2 A longa trajetória das imunidades no Brasil.....</b>	<b>17</b>
2.1 A Constituição imperial.....	19
2.1.1 O anseio constitucionalista e a outorga da Carta .....	21
2.1.2 Imunidades e o poder moderador .....	25
2.2 A primeira república.....	31
2.2.1 A Constituição de 1891 e a criação do Supremo Tribunal Federal .....	31
2.2.2 Os limites de atuação do STF no período .....	35
2.2.3 Imunidades em tempos conflagrados .....	38
2.3 De Getúlio a Jango.....	45
2.3.1 Do golpe de 1930 ao fim do Estado Novo.....	45
2.3.2 A redemocratização e a Constituição de 1946.....	51
2.4 A ditadura militar .....	55
2.4.1 Os atos institucionais e as liberdades políticas .....	55
2.4.2 Imunidades: casos emblemáticos.....	60
<b>3 Nova República: redesenho do modelo de imunidades.....</b>	<b>67</b>
3.1 O regime da Constituição de 1988: a redação original.....	68
3.2 As críticas ao texto originário e à postura do Legislativo .....	75
3.3 O texto atual, sob a EC n. 35, de 2001 .....	79
3.3.1 As diferenças federativas.....	82

<b>4 As imunidades ainda são necessárias para a realidade brasileira?.....</b>	<b>87</b>
4.1 A institucionalidade no Brasil.....	87
4.2 Imunidades e o regime democrático .....	94
4.2.1 As promessas das imunidades.....	95
4.2.2 Possíveis críticas à adequação do instituto jurídico à realidade brasileira.....	97
4.2.3 A esperada longevidade das democracias representativas.....	101
<b>5 Quais parâmetros devem orientar a aplicação das imunidades? .....</b>	<b>107</b>
5.1 Imunidade material.....	108
5.1.1 A percepção do Supremo Tribunal Federal .....	108
5.1.1.1 Quaisquer opiniões, palavras e votos? .....	113
5.1.1.2 A celeuma da inviolabilidade na tribuna .....	116
5.1.2 Discursos de ódio e ataques às instituições e ao regime democrático.....	124
5.1.3 Limites sugeridos às imunidades materiais.....	132
5.2 Imunidade formal .....	143
5.2.1 A jurisprudência da Corte Suprema após a redemocratização.....	143
5.2.1.1 A leitura restritiva da antiga licença prévia .....	144
5.2.1.2 Efeitos da inversão de procedimento realizada pela EC n. 35/01.....	145
5.2.1.3 Os casos extremos de não aplicação do instituto jurídico .....	147
5.2.2 As possibilidades consolidadas de prisão de parlamentares.....	150
5.2.3 A crítica sobre a elasticidade da flagrância .....	153
5.2.4 O caráter inafiançável do crime .....	161
5.2.5 Limites sugeridos para a prisão e o processamento criminal...	164
<b>Considerações finais.....</b>	<b>167</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>171</b>
<b>Apêndice – Comentários sobre a PEC n. 3/2021 .....</b>	<b>245</b>